



RELATÓRIO ANUAL 2021



PROPÓSITO

Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

MISSÃO

Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio de cooperação.

VISÃO

Ser reconhecida em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidades.

VALORES

Respeito e valorização das pessoas: excelência, eficiência, cooperativismo e sustentabilidade; ética e integralidade; inovação e simplicidade.

CONSELHOS E DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:	José Emilio Ortolani
Vice-Presidente:	Marcio Antonio Franco de Camargo
Conselheiros:	Luis Flavio Mazzotti Rodrigo Neves Dias Edelson Luis de Abreu Denilson Fonseca Fracari

CONSELHO FISCAL

Efetivos:	Antonio Duarte Ribeiro Thiago Martins Pereira Valquiria Regina Ghiraldini Zampar
-----------	----------------------------------------------------------------------------------------

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Administrativo:	Daniel Sossai
Direto Operacional:	Umberto José Marcomini

ACOMPANHE NOSSOS CANAIS DIGITAIS

Além do site www.credicucar.com.br, o Sicoob Crediçucar tem outros canais de divulgação:



www.facebook.com/SicoobCredicucar



www.instagram.com/sicoobcredicucar



www.linkedin.com/company/sicoobcredicucar



ÍNDICE

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração.....	04
Relatório da Administração.....	05
Notícias.....	07
Balanço Social.....	25
Parecer da Auditoria Externa.....	26
Parecer do Conselho Fiscal.....	71
Portfólio de Produtos.....	72



PALAVRA DO PRESIDENTE

JOSÉ EMÍLIO ORTOLANI
Presidente do Conselho de Administração



Caro(a) Cooperado(a):

O ano de 2021 continuamos com os desafios enfrentados pela Administração anterior, devido a continuação da pandemia do Covid 19.

Devido a determinações dos órgãos governamentais, não pôde ser feita a Assembleia de forma presencial em abril de 2021, como era costumeiramente feita todos os anos anteriores, porém na tentativa de fazerem de forma virtual, encontraram alguns problemas técnicos e houve a necessidade de transferirem para uma data futura.

Conforme deliberada em Mandado de Segurança e liminar da justiça impetrada pela OCESP, foi autorizada nova assembleia, marcada para o mês de setembro.

Neste meio de tempo, fomos procurados por alguns cooperados que solicitaram a formação de uma chapa para concorrermos para o Conselho de Administração.

Assumimos em outubro, e conforme os estatutos da Cooperativa, decidimos cumprir o orçamento/planejamento da Administração anterior para o ano de 2021.

Porém, em dezembro de 2021, com a participação do Sr. Sergio Cordioli, especialista em Planejamento em Cooperativas de Crédito que já havia participado em outros planejamentos anteriores de nossa cooperativa, juntamente com a Diretoria e todos os colaboradores, fizemos nosso Planejamento para os anos de 2022 a 2024.

Porém, este ano tivemos que fazer o Planejamento / Orçamento de um modo diferente, para o período de 2022 a 2024, pois o Centro Cooperativo Sicoob determinou algumas metas que deveríamos atingir, diferente dos anos anteriores onde as metas eram determinadas pela própria Cooperativa.

Já estamos trabalhando para atingirmos as metas traçadas, tanto pela Cooperativa, bem como pelo Centro Cooperativo Sicoob.

Neste planejamento foram abordados os seguintes temas: Relacionamento, ações sociais, créditos, produtos e serviços, comunicação e marketing, expansão, processos internos, governança e gestão de pessoas, e traçadas as metas determinadas.

Também como a administração anterior, tivemos alguns problemas para atendermos nossos cooperados, pois, em um determinado período precisamos deslocar al-

guns colaboradores para outros PAs, devido ao número de infectados pelo vírus do COVID 19, ou afastados pelo motivo de algum familiar ter testado positivo, conseguimos superar os problemas.

Ao término do exercício, obtivemos R\$ 1.463.761,02 de sobras brutas que após o pagamento de juros ao capital de R\$399.992,51, mais as destinações legais R\$585.072,69 (reserva legal e fates) serão distribuídas as sobras líquidas de R\$478.695,82, conforme a deliberação da assembleia que é o órgão supremo da cooperativa.

Agora vou apresentar um comparativo entre os períodos que assumimos outubro de 2021 e fevereiro de 2022.

	SETEMBRO 2021	FEVEREIRO 2022	EVOLUÇÃO
CRÉDITO	51.641.802,41	60.342.027,99	16,85%
INAD 15	8,50%	6,58%	-22,59%
INAD 90	4,49%	2,71%	-39,64%
AD	267.972,45	209.077,00	-21,98%
INDICADOR AD	0,52%	0,35%	-32,69%
INVESTIMENTOS	85.554.577,63	91.761.891,20	7,26%
DEPÓSITO A VISTA	33.177.303,72	27.868.581,00	-16,00%
DEPÓSITOS TOTAIS	118.731.881,35	119.630.472,20	0,76%
ASSOCIADOS	8996	9292	3,29%
CAPITAL SOCIAL	10.011.092,96	10.117.182,22	1,06%

O nosso desejo é que a nossa cooperativa seja a principal instituição financeira entre os nossos cooperados. E que DEUS nos ajude.

José Emílio Ortolani
Presidente do Conselho de Administração
Abril de 2022



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações contábeis do exercício de 2021 da COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS E REGIÃO - SICOOB CREDIUCAR, na forma da legislação em vigor.

1. Política operacional

Em 2021 o SICOOB CREDIUCAR completou 17 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente por meio da concessão de empréstimos e de captação de depósitos.

2. Avaliação de resultados

No exercício de 2021, o SICOOB CREDIUCAR obteve um resultado de R\$ 1.063.768,51, antes das destinações, representando um retorno anual de 6,44% sobre o patrimônio líquido.

3. Ativos

Os recursos depositados na centralização financeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários somaram R\$ 74.517.332,66. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ R\$ 54.784.898,86. A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural: R\$ 47.7945,63 | 0,87%

Carteira comercial: R\$ 54.306.953,23 | 99,13%

4. Captação

As captações no total de R\$ 113.861.488,27, apresentou um decréscimo em relação ao mesmo período do exercício anterior de 13,41%. As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à vista: R\$ 28.821.356,55 | 25,31%

Depósitos sob aviso prévio: R\$ 1.678.005,47 | 1,47%

Depósitos a prazo: R\$ 83.362.126,25 | 73,22%

Os vinte maiores depositantes representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 22,91% da captação, no montante de R\$ 26.319.660,42.

5. Patrimônio de referência

No exercício de 2021, o patrimônio de referência do SICOOB CREDIUCAR é de R\$ 14.562.361,25. O quadro de cooperados era de 9.180, havendo um acréscimo de 5,13% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a cooperativa de todas as consultas cadastrais e com análise do risco do associado e de suas operações por meio do "RATING" (ponderação da probabilidade de perda do tomador pela garantia fornecida), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB CREDIUCAR adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 78,94% nos níveis de "AA" a "C".

7. Governança corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles internos que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

A gestão da cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da cooperativa no seu dia a dia.

A gestão da central está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao conselho de administração as decisões estratégicas e à diretoria executiva, a gestão dos negócios da central no seu dia a dia.

A cooperativa possui um agente de controles internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CRESPI, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos conselhos e da diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a cooperativa.

Estes mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar às filiadas e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho fiscal

Eleito a cada três anos, o conselho fiscal tem função complementar à (do conselho de administração ou da diretoria). Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da central, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Pacto de ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB CREDIUCAR aderiram, por meio de compromisso firmado, ao pacto de ética e de conduta profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do sistema de ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos cooperados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2021, a ouvidoria do SICOOB registrou 22 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 22 reclamações, 15 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito – FGCoop

O FGCoop é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, de direito privado, de abrangência nacional, tendo como associadas todas as cooperativas singulares de crédito captadoras de depósitos e dois bancos cooperativos.

Segundo a Resolução CMN nº 4.284, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao FGCoop é de 0,0125% sobre os saldos das contas, constituintes do objeto de garantia (basicamente depósitos a vista e a prazo e depósitos de poupança, no caso dos bancos cooperativos).

Agradecimentos

Agradecemos a nossas filiadas pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Santa Cruz das Palmeiras/SP, 21 de fevereiro de 2022.

Conselho de Administração



NOTÍCIAS

FEVEREIRO

Dia 11/02, às 19h30
PALESTRA
on-line
para cooperados

tema:
Empreendedorismo
com:
SÉRGIO DAVID



PALESTRA ONLINE

No dia 11/02 realizamos uma Palestra Online para os cooperados, abordando o tema: Empreendedorismo com o palestrante Sérgio David. A cooperativa levando Educação Financeira para os cooperados.



AO VIVO NO CANAL SICOOB CREDIÇUCAR DO YOUTUBE

Dia 25/02 às 19:30
PALESTRA
on-line

**Liderança através dos
perfis comportamentais**



**Sergio
Salzani**
BUSINESS & LIFE COACH

Sorteio de um livro



1 mapeamento
de perfil
comportamental
e mentoria.



SICOOB CREDIÇUCAR
Cooperativa de Crédito

Você é quem faz acontecer.

PALESTRA ONLINE

No dia 25/02 foi realizado uma palestra online com o tema Liderança através dos perfis comportamentais, com o palestrante Sergio Salzani.



MARÇO

PALESTRA ONLINE

No dia 08/03 o Sicoob Crediçucar promoveu uma Palestra para Cooperados com o tema: Incentivo às boas práticas para melhoria da qualidade.

PALESTRA PARA COOPERADOS

Incentivo às boas práticas
para melhora da qualidade

Número de Vagas: 200

Carga Horária: 02 horas

Data: 08/03/2021

Horário: 10:00 ÀS 12:00 h



AO VIVO - MICROSOFT TEAMS

A aula será realizada através do
aplicativo TEAMS

SICOOB CREDIÇUCAR
Cooperativa de Crédito

Você é quem faz acontecer



AO VIVO NO CANAL SICOOB CREDIÇUCAR NO YOUTUBE

Dia 18/03 às 19:30
PALESTRA
on-line

**Mente, Ansiedade
e Pandemia**



WALTER SANZOVO



SICOOB CREDIÇUCAR
Cooperativa de Crédito

Você é quem faz acontecer

PALESTRA ONLINE

No dia 18/03 o Sicoob Crediçucar promoveu a palestra online com o tema: Mente, Ansiedade e Pandemia, com o palestrante Walter Sanzovo. Um tema muito bem abordado mediante ao cenário em que vivemos com essa pandemia. A cooperativa sempre pensando no melhor para os cooperados e a comunidade.



MARÇO

FOMENTANDO O ESPORTE

SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS-SP

O Sicoob crediçucar tem o prazer em fomentar o Esporte. Este ano patrocinamos com muito orgulho a equipe de Futebol da Polícia Militar de Casa Branca.



SICOOB CREDIÇUCAR



ABRIL



AO VIVO NO CANAL SICOOB CREDIÇUCAR DO YOUTUBE

Dia 01/04 às 19:30

PALESTRA

on-line

Rubens Borges

Prevenção e Gestão de Conflitos

O palestrante
doará uma cópia digital
do livro para todos que
participarem.



SICOOB CREDIÇUCAR

PALESTRA ONLINE

No dia 01/04 realizamos uma palestra online com o tema: Prevenção e Gestão de Conflitos com o palestrante Rubens Borges.

PALESTRA ONLINE

No dia 22/04 realizamos uma
Palestra online com o tema:
Cooperativismo Financeiro: Evolução e
Perspectivas com o palestrante
Ênio Meinen.



AO VIVO NO CANAL SICOOB CREDIÇUCAR DO YOUTUBE

Dia 22/04 às 19:00

PALESTRA

on-line

Ênio Meinen

Cooperativismo financeiro:

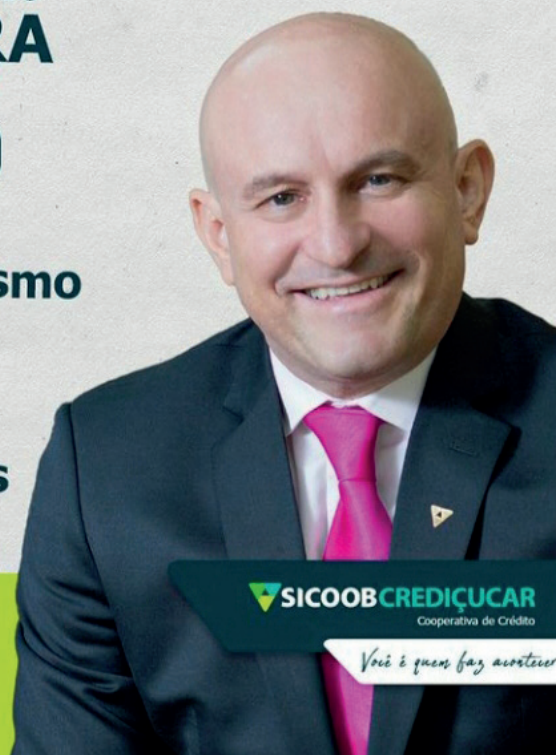
Evolução e perspectivas



com
Interprete
de Libras

SICOOB CREDIÇUCAR
Cooperativa de Crédito

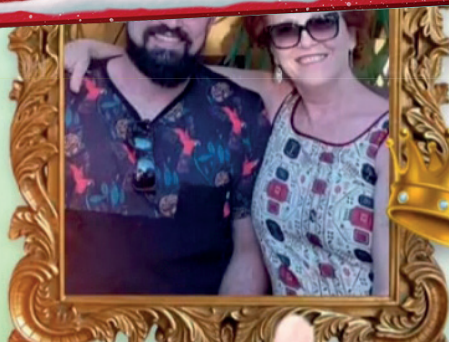
Você é quem faz acontecer.



MAIO

HOMENAGEM DO DIAS DAS MÃES

No mês de Maio, foi realizada uma homenagem dos colaboradores para os cooperados.





JUNHO



FESTA JUNINA **ESCOLA COMUNITÁRIA** **SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS-SP**

O Sicoob Crediçucar participou com a doação de embalagens e caixas de papelão para a realização da festa Junina da Escola Comunitária em Santa Cruz das Palmeiras.



JULHO

DOAÇÃO DE UNIFORME PARA A COOPERATIVA DE RECICLAGEM

SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS-SP

O Sicoob Crediçucar realizou a doação de uniformes para a cooperativa de reciclagem de Santa Cruz das Palmeiras. Fazendo o bem sempre.





JULHO



2ª Live
do Bem
Obrigado

15 TONELADAS
DE ALIMENTOS ARRECADADOS

Um agradecimento especial
a todos que colaboraram
e assistiram a 2ª Live do Bem,
realizada pelo Sicoob Crediçucar.

2ª LIVE DO BEM

Nosso muito obrigado a todos que assistiram e colaboraram com a 2ª Live do Bem! Agradecemos também a todos os patrocinadores que ajudaram a fazer isso acontecer.



AGOSTO



CENTRO DE CONVIVÊNCIA DOM BOSCO

SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS-SP

Café da Manhã enriquecedor e cheio de bons momentos no Centro de Convivência Dom Bosco em Santa Cruz das Palmeiras.





SETEMBRO



DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE GINÁSTICA E.E. DR. CARLOS GUIMARÃES SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS-SP

O Sicoob Crediçucar realizou doações para a escola E. E. Doutor Carlos Guimarães. Foram doadas 3 bolas de ginástica rítmica, e 3 maçãs conectáveis. Atitudes que fazem a diferença na comunidade.



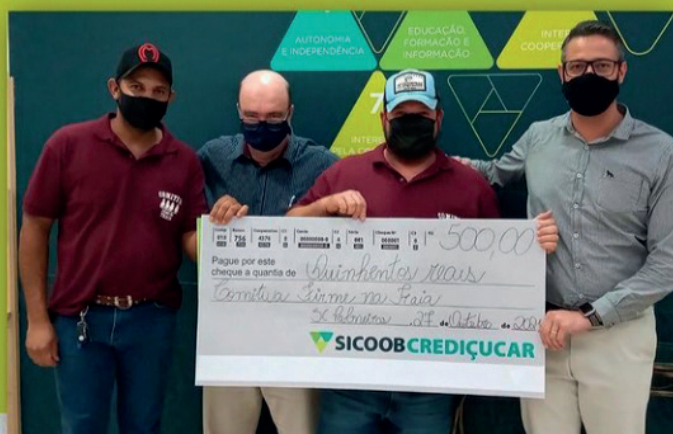
OUTUBRO

COMITIVA FIRME NA TRAIA

SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS-SP

Boas ações fazem a diferença!
No mês de Outubro, o Sicoob
Crediçucar realizou doação para
a Comitativa Firme na Fraia.

DOAÇÃO:



COMITATIVA FIRME
NA TRAIA

SICOOB
Crediçucar

Você é quem faz acontecer.

DOAÇÃO:



PROJETO JOÃO DE BARRO

SICOOB
Crediçucar

Você é quem faz acontecer.

PROJETO JOÃO DE BARRO

SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS-SP

O Sicoob Crediçucar realizou
doação ao Projeto João de Barro.

OUTUBRO

DOAÇÕES PARA AS SANTAS CASAS DOS MUNICÍPIOS EM NOSSA ÁREA DE ATUAÇÃO

Boas ações que fazem a diferença. O Sicoob Crediçucar realizou no mês de Outubro doações no valor de R\$ 5.000,00 para cada uma das Santas Casas nas quatro cidades onde atuamos: Santa Cruz das Palmeiras, Vargem Grande do Sul, Porto Ferreira e Casa Branca.





NOVEMBRO



Capital Social da SORTE

A partir do dia **10 de Novembro**
até dia **23 de Dezembro**

Os sorteios acontecerão | **11 de Janeiro de 2022**

A CADA **R\$100,00 INVESTIDOS**
EM **CAPITAL SOCIAL**, VOCÊ RECEBERÁ
UM **CUPOM PARA CONCORRER**
AOS **PRÊMIOS**

SICOOB
Crediçucar
Você é parte das decisões.

*Imagens meramente ilustrativas
Para maiores informações consulte seu gerente

CAMPANHA CAPITAL DA SORTE

Em novembro iniciamos nossa campanha Capital da Sorte, que foi do dia 10/11 até o dia 23/12. Onde a cada R\$ 100,00 investidos na conta capital o cooperado ganhou um cupom para concorrer aos prêmios.



NOVEMBRO

REUNIÃO COM A DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE CASA BRANCA

CASA BRANCA-SP

No mês de Novembro foi realizada uma reunião do Sicoob Crediçucar com a Diretoria da Associação Comercial de Casa Branca a fim de fomentar os negócios na cidade.

REUNIÃO



Reunião com a Diretoria da
Associação Comercial de Casa Branca



SICOOB
Crediçucar

Você é quem faz acontecer.



NOVEMBRO

FORMATURA DO PROERD

O Sicoob Credicucar participou da formatura do PROERD nas quatro cidades onde atua, pois acreditamos que o projeto transforma a vida de crianças e adolescentes para um futuro melhor.



NOVEMBRO

PARTICIPAÇÃO NA FESTA DA JABUTICABA

CASA BRANCA-SP

Nós do Sicoob Crediçucar marcamos presença na Festa da Jabuticaba Rodeo Festival, montamos um stand e distribuimos muitos brindes para os nossos visitantes. O evento contou com várias figuras importantes da música.



DEZEMBRO

PERDEU NOSSA ENTREVISTA?



ACESSE O LINK NA DESCRIÇÃO.

ENTREVISTA DE 20/12, COM O PRESIDENTE
DO CONSELHO, O RODRIGO E O DANIEL SOSSAI.

SICOOB
Crediçucar

Você é quem faz acontecer.

ENTREVISTADO DO DIA

No dia 20/12 o Sicoob Crediçucar participou do quadro "Entrevistado do Dia", com o tema "Diretoria da Cooperativa Sicoob Crediçucar".

A entrevista teve a participação do Gerente Regional Rodrigo Manoel, do Presidente do Conselho de Administração José Emílio e do Diretor Administrativo Daniel Sossai

DEZEMBRO

DOAÇÃO PARA O ALMOÇO EM PROL DO HOSPITAL DO AMOR (HOSPITAL DO CÂNCER DE BARRETOS)

O Sicoob Crediçucar participou do almoço que foi realizado em Santa Cruz das Palmeiras em prol ao Hospital do amor de Barretos/SP, ajudando com doação.



DOAÇÃO DE BEBEDOURO PARA O CAMPO DE FUTEBOL COLUMBIA

O Sicoob Crediçucar realizou a doação de um bebedouro para o campo de futebol columbia. Hoje jovens realizam o treino de futebol para competir com times da região. Boas ações que fazem a diferença na vida desses jovens e ficamos muito felizes em participar do esporte.



DOAÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA A CAMPANHA NATAL SEM FOME

SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS-SP

O Sicoob Crediçucar realizou a doação de 15 cestas básicas para a Campanha Natal Sem Fome do Rotary. Fazer o bem nos fortalece!



BALANÇO SOCIAL

2021



ECONOMIA COM TARIFAS

R\$ 3.914.197,00



ECONOMIA COM TAXAS DE JUROS

R\$ 4.008.170,00



TREINAMENTOS

R\$ 101.567,00



PATROCÍNIOS/DOAÇÕES/BRINDES

R\$ 79.199,00



IMPOSTOS FEDERAIS/ESTADUAIS/MUNICIPAIS

R\$ 181.143,00



EMPREGOS DIRETOS

55



ESTAGIÁRIOS

07



INDIRETOS

08



SICOOB
CREDIÇUCAR

ASUA COOPERATIVA FORTE

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão
de Santa Cruz das Palmeiras e Região**

**Demonstrações financeiras de 31 de dezembro
de 2021 e o relatório do auditor independente**

**Relatório do auditor independente
sobre as demonstrações financeiras**

Aos associados e administradores da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Santa Cruz das Palmeiras e Região
Santa Cruz das Palmeiras SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Santa Cruz das Palmeiras e Região ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Santa Cruz das Palmeiras e Região, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre este relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 4 de março de 2022.

Moore Prisma Auditores Independentes
CRC 2SP017256/O-3



Hélio Mazzi Júnior
CRC 1SP189107/O-3

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Santa Cruz das Palmeiras e Região

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO	Notas	136.646.750,00	150.996.854,90
Disponibilidades	4	1.722.751,06	1.914.852,26
Instrumentos financeiros		130.466.996,14	143.557.045,25
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	16.441.795,21	16.648.875,69
Títulos e valores mobiliários	6	58.025.326,18	79.850.216,54
Relações interfinanceiras	7	50.211,27	106.489,85
Centralização financeira		50.211,27	106.489,85
Operações de crédito	8	54.784.898,86	46.085.441,61
Outros ativos financeiros	9	1.164.764,62	866.021,56
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(5.709.563,08)	(4.714.476,38)
(-) Operações de crédito	8.e	(5.148.205,80)	(4.384.683,11)
(-) Outras	9.1.a	(561.357,28)	(329.793,27)
Ativos fiscais correntes e diferidos	10	314.341,10	319.168,98
Outros ativos	11	5.169.491,95	6.085.604,68
Investimentos	12	2.060.022,36	1.121.963,96
Imobilizado de uso	13	4.532.950,33	4.334.045,29
Intangível	14	155.307,92	106.145,62
(-) Depreciações e amortizações	13 e 14	(2.065.547,78)	(1.727.494,76)
TOTAL DO ATIVO		136.646.750,00	150.996.854,90
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		136.646.750,00	150.996.854,90
Depósitos	15	113.861.488,27	129.130.368,75
Depósitos à vista		28.821.356,55	25.178.053,74
Depósitos sob aviso		1.678.005,47	1.671.359,36
Depósitos à prazo		83.362.126,25	102.280.955,65
Demais instrumentos financeiros		3.015.251,94	3.762.357,76
Relações interfinanceiras	16.a	375.177,02	480.406,29
Repasse interfinanceiros		375.177,02	480.406,29
Outros passivos financeiros	17	2.640.074,92	3.281.951,47
Provisões	19	391.817,07	364.756,63
Obrigações fiscais correntes e diferidas	20	202.589,71	188.968,99
Outros passivos	21	2.653.372,93	1.889.612,34
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22	16.522.230,08	15.660.790,43
Capital social		10.191.830,12	10.097.838,23
Reserva de sobras		5.851.704,14	5.015.121,39
Sobras acumuladas		478.695,82	547.830,81
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		136.646.750,00	150.996.854,90

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Santa Cruz das Palmeiras e Região

Demonstrações do resultado

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		9.147.835,63	15.906.464,41	13.846.088,05
Operações de crédito	25	6.779.556,00	12.646.885,36	11.842.904,82
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	5	464.256,28	663.668,05	438.401,70
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6	1.904.023,35	2.595.911,00	1.564.781,53
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	26	(3.991.054,85)	(7.124.591,39)	(4.367.292,74)
Operações de captação no mercado	15.d	(2.474.635,40)	(3.540.343,66)	(2.537.759,92)
Operações de empréstimos e repasses	16.b	(12.822,90)	(26.803,13)	(47.813,26)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	26	(1.503.596,55)	(3.557.444,60)	(1.781.719,56)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		5.156.780,78	8.781.873,02	9.478.795,31
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(3.833.368,22)	(7.137.295,05)	(7.116.233,44)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	27	1.090.543,25	2.080.565,86	1.494.383,41
Rendas de tarifas	28	784.726,74	1.588.836,40	1.652.893,82
Dispêndios e despesas de pessoal	29	(2.840.380,58)	(5.442.774,03)	(4.887.501,97)
Outros dispêndios e despesas administrativas	30	(3.122.239,03)	(5.775.082,16)	(5.168.050,34)
Dispêndios e despesas tributárias		(112.098,84)	(232.817,19)	(220.869,61)
Outros ingressos e receitas operacionais	31	651.931,55	1.201.267,60	963.429,39
Outros dispêndios e despesas operacionais	32	(285.851,31)	(557.291,53)	(950.518,14)
PROVISÕES	33	(140.965,39)	(123.551,44)	(80.317,70)
Provisões/reversões para contingências		(65.021,20)	(75.471,20)	(57.459,50)
Provisões/reversões para garantias prestadas		(75.944,19)	(48.080,24)	(22.858,20)
RESULTADO OPERACIONAL		1.182.447,17	1.521.026,53	2.282.244,17
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	34	3.641,35	(12.007,10)	(732.189,70)
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		1.186.088,52	1.509.019,43	1.550.054,47
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(45.258,41)	(45.258,41)	(90.592,69)
Imposto de renda sobre atos não cooperados		(20.686,00)	(20.686,00)	(52.119,76)
Contribuição social sobre atos não cooperados		(24.572,41)	(24.572,41)	(38.472,93)
SOBRAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		1.140.830,11	1.463.761,02	1.459.461,78
JUROS AO CAPITAL	24	(399.992,51)	(399.992,51)	(242.059,98)
SOBRAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		740.837,60	1.063.768,51	1.217.401,80

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Santa Cruz das Palmeiras e Região

Demonstrações do resultado abrangente

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
Sobras do período antes das destinações e dos juros ao capital	1.140.830,11	1.463.761,02	1.459.461,78
Outros resultados abrangentes	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	1.140.830,11	1.463.761,02	1.459.461,78

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Santa Cruz das Palmeiras e Região

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

	Notas	Capital subscrito	Capital a realizar	Reserva legal	Sobras acumuladas	Totais
Saldos em 31/12/2019		10.939.462,63	(1.140.750,74)	3.969.109,23	728.852,10	14.496.673,22
Destinações das sobras do exercício anterior:						
Constituição de reservas		-	-	437.311,26	(437.311,26)	-
Distribuição de sobras para associados		288.952,57	-	-	(291.540,84)	(2.588,27)
Movimentação de capital:						
Por subscrição/realização		1.095.793,30	(256.227,45)	-	-	839.565,85
Por devolução (-)		(1.067.182,67)	-	-	-	(1.067.182,67)
Sobras do período		-	-	-	1.459.461,78	1.459.461,78
Remuneração de juros sobre o capital próprio:						
Provisão de juros sobre o capital próprio	24	-	-	-	(242.059,98)	(242.059,98)
Juros sobre o capital próprio, líquido		237.790,59	-	-	-	237.790,59
Destinações das sobras do período:						
Fundo de reserva	22.d	-	-	608.700,90	(608.700,90)	-
Fates - atos cooperativos		-	-	-	(60.870,09)	(60.870,09)
Saldos em 31/12/2020		11.494.816,42	(1.396.978,19)	5.015.121,39	547.830,81	15.660.790,43

Continua...

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Santa Cruz das Palmeiras e Região

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

...Continuação

	Notas	Capital subscrito	Capital a realizar	Reserva legal	Sobras acumuladas	Totais
Saldos em 31/12/2020		11.494.816,42	(1.396.978,19)	5.015.121,39	547.830,81	15.660.790,43
Destinações das sobras do exercício anterior:						
Outras destinações das sobras do exercício anterior	22.c	-	-	-	(40.000,00)	(40.000,00)
Constituição de reservas	22.c	-	-	304.698,49	(304.698,49)	-
Distribuição de sobras para associados	22.c	195.825,72	-	-	(203.132,32)	(7.306,60)
Movimentação de capital:						
Por subscrição/realização		1.234.007,29	(99.399,61)	-	-	1.134.607,68
Por devolução (-)		(1.631.434,38)	-	-	-	(1.631.434,38)
Sobras do período		-	-	-	1.463.761,02	1.463.761,02
Remuneração de juros sobre o capital próprio:						
Provisão de juros sobre o capital próprio	24	-	-	-	(399.992,51)	(399.992,51)
Juros sobre o capital próprio, líquido		394.992,87	-	-	-	394.992,87
Destinações das sobras do período:						
Fundo de reserva	22.d	-	-	531.884,26	(531.884,26)	-
Fates - atos cooperativos		-	-	-	(53.188,43)	(53.188,43)
Saldos em 31/12/2021		11.688.207,92	(1.496.377,80)	5.851.704,14	478.695,82	16.522.230,08

Continua...

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Santa Cruz das Palmeiras e Região

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais

... Continuação

	Notas	Capital subscrito	Capital a realizar	Reserva legal	Sobras acumuladas	Totais
Saldos em 30/06/2021		11.319.361,46	(1.394.431,49)	5.015.121,39	870.761,72	15.810.813,08
Destinações das sobras do exercício anterior:						
Outras destinações das sobras do exercício anterior	22.c	-	-	-	(40.000,00)	(40.000,00)
Constituição de reservas	22.c	-	-	304.698,49	(304.698,49)	-
Distribuição de sobras para associados	22.c	195.825,72	-	-	(203.132,32)	(7.306,60)
Movimentação de capital:						
Por subscrição/realização		789.255,44	(101.946,31)	-	-	687.309,13
Por devolução (-)		(1.011.227,57)	-	-	-	(1.011.227,57)
Sobras do período		-	-	-	1.140.830,11	1.140.830,11
Remuneração de juros sobre o capital próprio:						
Provisão de juros sobre o capital próprio	24	-	-	-	(399.992,51)	(399.992,51)
Juros sobre o capital próprio, líquido		394.992,87	-	-	-	394.992,87
Destinações das sobras do período:						
Fundo de reserva	22.d	-	-	531.884,26	(531.884,26)	-
FATES - atos cooperativos		-	-	-	(53.188,43)	(53.188,43)
Saldos em 31/12/2021		11.688.207,92	(1.496.377,80)	5.851.704,14	478.695,82	16.522.230,08

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Santa Cruz das Palmeiras e Região

Demonstrações dos fluxos de caixa

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	1.186.088,52	1.509.019,43	1.550.054,47
Juros sobre o capital próprio recebidos	(65.568,12)	(65.568,12)	(24.412,31)
Distribuição de dividendos	-	(2.510,10)	(6.648,62)
Provisões/reversões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	1.503.596,55	3.557.444,60	1.781.719,56
Provisões/reversões para garantias prestadas	75.944,19	48.080,24	22.858,20
Provisões/reversões não operacionais	(357,03)	(357,03)	929.749,11
Provisões/reversões para contingências	65.021,20	75.471,20	57.459,50
Depreciações e amortizações	172.462,38	339.722,03	302.875,45
SOBRAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO	2.937.187,69	5.461.302,25	4.613.655,36
(Aumento) redução em ativos operacionais			
Relações interfinanceiras	19.124,30	-	-
Operações de crédito	(7.368.025,75)	(10.862.526,98)	(3.177.164,04)
Outros ativos financeiros	(81.860,28)	(698.031,23)	(295.504,74)
Ativos fiscais correntes e diferidos	45.786,72	4.827,88	(150.173,78)
Outros ativos	382.308,26	916.469,76	1.150.027,36
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos à vista	2.632.157,43	3.643.302,81	5.803.751,76
Depósitos sob aviso	7.629,63	6.646,11	(61.176,36)
Depósitos à prazo	4.454.645,59	(18.918.829,40)	32.260.025,97
Relações interfinanceiras	12.822,90	(105.229,27)	(197.077,49)
Outros passivos financeiros	2.535.566,91	(641.876,55)	1.286.318,99
Provisões	(76.372,70)	(96.491,00)	(29.485,53)
Obrigações fiscais correntes e diferidas	50.514,80	13.620,72	(50.523,73)
Outros passivos	(197.491,12)	363.768,08	(128.105,01)
Fates - atos cooperativos	(53.188,43)	(53.188,43)	(60.870,09)
Outras destinações	(40.000,00)	(40.000,00)	-
Imposto de renda	(20.686,00)	(20.686,00)	(52.119,76)
Contribuição social	(24.572,41)	(24.572,41)	(38.472,93)
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO / APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	5.215.547,54	(21.051.493,66)	40.873.105,98
Atividades de investimentos			
Juros sobre o capital próprio recebidos	65.568,12	65.568,12	24.412,31
Distribuição de dividendos	-	2.510,10	6.648,62
Aquisição de intangível	(14.011,80)	(45.654,04)	(40.742,44)
Aquisição de imobilizado de uso	(57.996,30)	(204.082,31)	(810.294,48)
Aquisição de investimentos	(687.190,46)	(938.058,40)	(157.282,73)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM INVESTIMENTOS	(693.630,44)	(1.119.716,53)	(977.258,72)
Atividades de financiamentos			
Distribuição de sobras para associados	(7.306,60)	(7.306,60)	(2.588,27)
Aumento por novos aportes de capital	687.309,13	1.134.607,68	839.565,85
Devolução de capital à cooperados	(1.011.227,57)	(1.631.434,38)	(1.067.182,67)
Juros sobre o capital próprio, líquido	394.992,87	394.992,87	237.790,59
CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO / APLICADO EM FINANCIAMENTOS	63.767,83	(109.140,43)	7.585,50
Aumento / redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	4.585.684,93	(22.280.350,62)	39.903.432,76
Modificações líquidas de caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	71.654.398,79	98.520.434,34	58.617.001,58
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	76.240.083,72	76.240.083,72	98.520.434,34
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4.585.684,93	(22.280.350,62)	39.903.432,76

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Santa Cruz das Palmeiras e Região

Notas explicativas às demonstrações financeiras

2º semestre de 2021 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

Em reais

1 Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Santa Cruz das Palmeiras e Região, denominação de fantasia Sicoob Crediçucar é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 26/5//2004, filiada à Central Cooperativas Crédito Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O Sicoob Crediçucar, sediado à Rua Coronel Penteado, Nº 427, Centro, Santa Cruz das Palmeiras – SP, possui a sede e 3 Postos de Atendimentos (PAS) nas seguintes localidades: Vargem Grande do Sul – SP, Porto Ferreira – SP e Casa Branca – SP.

O Sicoob Crediçucar tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) O desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações segundo a regulamentação em vigor;
- (ii) Prover, por meio da mutualidade, prestação de serviços financeiros a seus associados;
- (iii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua aprovação foi realizada pela Administração em 4/3/2022.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

- i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;
- ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;
- iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;
- iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos negócios e efeitos da pandemia de Covid-19 “Novo Coronavírus”

A administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. O Sicoob Crediçucar junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência. As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações financeiras faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades e pela centralização financeira mantida na Cooperativa Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações interfinanceiras – centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do Sicoob Central Cecresp e ações do Banco Sicoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die.

p) Outros ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a Cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para demandas judiciais e passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações financeiras e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em circulante e não circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$ 5.703.650,40. Já o realizável a longo prazo supera o exigível a longo prazo em R\$ 22.225.880,48. Assim, o ativo total, excluído o permanente, supera o passivo total em R\$ 16.522.230,08.

w) Valor recuperável de ativos - *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2021 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. (somente se aplicável)

x) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	1.722.751,06	1.914.852,26
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	16.441.795,21	16.648.875,69
Títulos e valores mobiliários (Nota 6)	58.025.326,18	79.850.216,54
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a) (Nota 7)	50.211,27	106.489,85
TOTAL	76.240.083,72	98.520.434,34

- (a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao Sicoob Central Cecresp conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações interfinanceiras de liquidez estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ligadas	16.441.795,21	16.648.875,69
TOTAL	16.441.795,21	16.648.875,69

Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no Banco Sicoob.

Os rendimentos auferidos com aplicações interfinanceiras de liquidez nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram respectivamente:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	464.256,28	663.668,05	163.433,44	438.401,70

6 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as aplicações em títulos e valores mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Títulos de renda fixa (a)	52.285.354,48	79.850.216,54
Cotas de fundos de investimento (b)	5.739.971,70	-
TOTAL	58.025.326,18	79.850.216,54

- (a) Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em recibos de depósitos interbancários – RDI, no Sicoob Central Cecresp.
- (b) Refere-se a aplicação no Fundo Sicoob Liquidez.

Abaixo o resultado auferido com títulos e valores mobiliários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de títulos de renda fixa	1.674.763,12	2.355.939,30	734.908,40	1.564.781,53
Rendas de aplicações em fundos de investimento	229.260,23	239.971,70	-	-
TOTAL	1.904.023,35	2.595.911,00	734.908,40	1.564.781,53

7 Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as outras relações interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Centralização financeira - Cooperativas	50.211,27	106.489,85
TOTAL	50.211,27	106.489,85

8 Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Empréstimos e títulos descontados	28.587.730,64	24.254.151,60	52.841.882,24	21.431.787,14	22.218.916,88	43.650.704,02
Financiamentos	707.587,11	757.483,88	1.465.070,99	633.926,34	706.002,82	1.339.929,16
Financiamentos rurais	269.945,63	208.000,00	477.945,63	696.671,78	398.136,65	1.094.808,43
Total de operações de crédito	29.565.263,38	25.219.635,48	54.784.898,86	22.762.385,26	23.323.056,35	46.085.441,61
(-) Provisões para operações de crédito	(2.676.067,74)	(2.472.138,06)	(5.148.205,80)	(2.360.077,03)	(2.024.606,08)	(4.384.683,11)
TOTAL	26.889.195,64	22.747.497,42	49.636.693,06	20.402.308,23	21.298.450,27	41.700.758,50

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de risco / Situação		Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA	-	Normal	4.918.139,91	255.472,51	126.929,33	5.300.541,75	-	-
A	0,5%	Normal	11.779.407,91	381.580,38	-	12.160.988,29	10.856.873,85	(54.284,93)
B	1%	Normal	11.372.795,26	157.556,00	169.914,29	11.700.265,55	10.485.912,23	(104.859,12)
B	1%	Vencidas	131.979,24	-	-	131.979,24	1.018.667,66	(10.186,68)
C	3%	Normal	13.023.794,70	536.106,97	124.846,45	13.684.748,12	10.167.492,45	(305.024,77)
C	3%	Vencidas	703.814,04	48.644,55	-	752.458,59	205.769,35	(6.173,08)
D	10%	Normal	3.926.368,32	-	56.255,56	3.982.623,88	3.825.936,15	(382.593,62)
D	10%	Vencidas	284.946,66	-	-	284.946,66	429.086,25	(42.908,63)
E	30%	Normal	1.146.181,16	4.020,17	-	1.150.201,33	1.908.160,12	(572.448,04)
E	30%	Vencidas	372.874,03	-	-	372.874,03	246.874,91	(74.062,47)
F	50%	Normal	2.404.903,60	-	-	2.404.903,60	1.882.357,37	(941.178,69)
F	50%	Vencidas	380.455,66	67.448,74	-	447.904,40	310.158,22	(155.079,11)
G	70%	Normal	446.510,02	-	-	446.510,02	116.763,36	(81.734,35)
G	70%	Vencidas	154.534,61	14.241,67	-	168.776,28	414.653,98	(290.257,79)
H	100%	Normal	366.538,75	-	-	366.538,75	273.902,41	(273.902,41)
H	100%	Vencidas	1.428.638,37	-	-	1.428.638,37	1.089.989,42	(1.089.989,42)
Total normal			49.384.639,63	1.334.736,03	477.945,63	51.197.321,29	42.370.241,82	(2.716.025,37)
Total vencidos			3.457.242,61	130.334,96	-	3.587.577,57	3.715.199,79	(1.668.657,18)
Total geral			52.841.882,24	1.465.070,99	477.945,63	54.784.898,86	46.085.441,61	(4.384.683,11)
Provisões			(5.071.210,12)	(65.925,59)	(11.070,09)	(5.148.205,80)		
Total líquido			47.770.672,12	1.399.145,40	466.875,54	49.636.693,06	41.700.758,50	

c) Composição da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2021 por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e títulos descontados	15.638.783,91	12.948.946,73	24.254.151,60	52.841.882,24
Financiamentos	207.053,37	500.533,74	757.483,88	1.465.070,99
Financiamentos rurais e agroindustriais	162.574,36	107.371,27	208.000,00	477.945,63
TOTAL	16.008.411,64	13.556.851,74	25.219.635,48	54.784.898,86

- d) Composição da carteira de crédito em 31 de dezembro de 2021 por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor privado - comércio	7.023.387,50	341.116,55	-	7.364.504,05	13,44%
Setor privado - indústria	921.306,76	69.410,05	-	990.716,81	1,81%
Setor privado - serviços	21.787.475,02	796.780,06	-	22.584.255,08	41,22%
Pessoa física	19.691.849,27	257.764,33	477.945,63	20.427.559,23	37,29%
Outros	3.417.863,69	-	-	3.417.863,69	6,24%
TOTAL	52.841.882,24	1.465.070,99	477.945,63	54.784.898,86	100,00%

- e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(4.384.683,11)	(4.798.556,77)
Créditos baixados para prejuízo	2.163.069,73	1.954.262,37
Constituição da provisão para perdas em operações de crédito (Nota 26)	(5.952.987,25)	(5.190.338,52)
Reversão de provisão para operações de crédito (Nota 26)	3.026.394,83	3.649.949,81
Saldo Final	(5.148.205,80)	(4.384.683,11)

- f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira total	31/12/2020	% Carteira total
Maior devedor	3.159.603,64	5,70%	2.700.716,91	5,81%
10 Maiores devedores	12.828.440,94	23,13%	10.936.814,81	23,52%
50 Maiores devedores	24.566.117,82	44,29%	19.757.233,11	42,48%

- g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	16.573.301,41	16.043.336,95
Valor das operações transferidas no período	2.257.678,81	2.091.810,25
Valor das operações recuperadas no período (Nota 25)	(1.751.240,11)	(1.561.845,79)
Saldo Final	17.079.740,11	16.573.301,41

9 Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Créditos por avais e fianças honrados (a)	610.841,90	-	366.291,26	-
Rendas a receber (b)	257.411,84	-	127.049,83	-
Devedores por compra de valores e bens (c)	59.587,84	14.042,41	143.631,59	-
Títulos e créditos a receber (d)	197.059,79	-	203.228,04	-
Devedores por depósitos em garantia (e)	-	25.820,84	-	25.820,84
TOTAL	1.124.901,37	39.863,25	840.200,72	25.820,84

- (a) O saldo de avais e fianças honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo Banco Sicoob, em virtude de coobrigação contratual;
- (b) Em rendas a receber estão registrados: Rendas de convênios (R\$ 47.405,29), rendas de cartões (R\$ 111.035,52), rendas da centralização financeira a receber da Cooperativa Central (R\$ 601,11) e outros (R\$ 98.369,92);
- (c) Em devedores por compra de valores e bens estão registrados os saldos a receber de terceiros pela venda a prazo de bens próprios da Cooperativa ou ativos não financeiros mantidos para venda – recebidos;
- (d) Em títulos e créditos a receber estão registrados: Valores a receber de tarifas (R\$ 195.372,30) e outros (R\$ 1.687,49);
- (e) Em devedores por depósitos em garantia estão registrados os depósitos judiciais para: outros (R\$ 25.820,84).

9.1 Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativas a outros ativos financeiros

A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

- a) Provisões para perdas associadas ao risco de crédito relativas a outros ativos financeiros, segregadas em circulante e não circulante:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020
	Circulante	Não circulante	Circulante
Provisões para avais e fianças honrados	(544.074,13)	-	(274.350,11)
Outros créditos com características de concessão de crédito	(17.212,94)	(70,21)	(55.443,16)
TOTAL	(561.287,07)	(70,21)	(329.793,27)

- b) Provisões para perdas associadas ao risco de crédito relativas a outros ativos financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível / Percentual de risco / Situação	Avais e fianças honrados	Devedores por compra de valores e bens	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
A 0,5% Normal	-	56.630,25	56.630,25	(283,19)	88.631,61	(443,18)
E 30% Normal	908,28	-	908,28	(272,74)	21.215,06	(6.364,52)
E 30% Vencidas	50.814,96	-	50.814,96	(15.244,49)	72.180,13	(21.654,04)
F 50% Vencidas	47.679,23	-	47.679,23	(23.839,62)	6.609,06	(3.304,53)
G 70% Vencidas	22.407,29	-	22.407,29	(15.685,10)	77.533,36	(54.273,35)
H 100% Normal	-	-	-	-	17.085,47	(17.085,47)
H 100% Vencidas	489.032,14	17.000,00	506.032,14	(506.032,14)	226.668,18	(226.668,18)
Total normal	908,28	56.630,25	57.538,53	(555,89)	126.932,14	(23.893,17)
Total vencidos	609.933,62	17.000,00	626.933,62	(560.801,35)	382.990,73	(305.900,10)
Total geral	610.841,90	73.630,25	684.472,15	(561.357,28)	509.922,85	(329.793,27)
Provisões	(544.074,08)	(17.283,15)	(561.357,28)		(329.793,27)	
Total líquido	66.768,66	56.346,26	123.114,87		180.129,58	

10 Ativos fiscais, correntes e diferidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições a compensar	300.881,28	305.709,16
Imposto de renda a recuperar	13.459,82	13.459,82
TOTAL	314.341,10	319.168,98

11 Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos e antecipações salariais	1.396,58	5.118,16
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	14.338,01	1.489,66
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	28.538,34
Devedores diversos – país (a)	88.539,90	532.208,26
Material em estoque	4.413,50	2.134,00
Ativos não financ mantidos para venda – recebidos (b)	4.921.189,11	5.383.492,43
Despesas antecipadas (c)	139.614,85	132.623,83
TOTAL	5.169.491,95	6.085.604,68

- (a) Em devedores diversos estão registrados os saldos relativos a pendências a regularizar (R\$ 48.043,78) e outros (R\$ 40.496,12);
- (b) Em ativos não financeiros mantidos para venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica bens não de uso próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB nº 3.994/2019.
- (c) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros, processamento de dados, vale refeição e alimentação dos colaboradores.

12 Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em cooperativa central de crédito	1.946.292,92	1.021.683,31
Participação em emp. cont. por coop. central crédito	113.729,44	100.280,65
TOTAL	2.060.022,36	1.121.963,96

- (a) O saldo é representado, substancialmente, por quotas do Sicoob Central Cecresp e ações do Banco Cooperativo Sicoob S.A. – Banco Sicoob.

13 Imobilizado de uso

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Imobilizado em curso (a)		-	232.427,13
Terrenos		206.757,50	206.757,50
Edificações	4%	990.929,95	990.929,95
Instalações	10%	828.001,33	610.930,20
Móveis e equipamentos de uso	10%	1.263.074,70	1.063.854,29
Sistema de processamento de dados	20%	1.205.344,83	1.154.364,20
Sistema de segurança	10%	38.842,02	74.782,02
Total de imobilizado de uso		4.532.950,33	4.334.045,29
(-) Depreciação acum. imóveis de uso - edificações		(323.365,66)	(283.728,46)
(-) Depreciação acumulada de instalações		(209.296,96)	(146.369,58)
(-) Depreciação acum. móveis e equipamentos de uso		(1.459.170,95)	(1.242.692,33)
Total de depreciação de imobilizado de uso		(1.991.833,57)	(1.672.790,37)
TOTAL		2.541.116,76	2.661.254,92

- (a) As imobilizações em curso são alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

14 Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas de processamento de dados	57.858,40	44.780,00
Sistemas de comunicação e de segurança	97.449,52	61.365,62
Total de intangível	155.307,92	106.145,62
(-) Amort. acum. de ativos intangíveis	(73.714,21)	(54.704,39)
Total de amortização de ativos intangíveis	(73.714,21)	(54.704,39)
TOTAL	81.593,71	51.441,23

15 Depósitos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Depósito à vista (a)	28.821.356,55	-	25.178.053,74	-
Depósito sob aviso	1.678.005,47	-	1.070.411,02	600.948,34
Depósito a prazo (b)	83.053.892,50	308.233,75	102.280.955,65	-
TOTAL	113.553.254,52	308.233,75	128.529.420,41	600.948,34

- (a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade;
- (b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de “pro rata temporis”; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas tem seu valor dividido pelos números de titulares, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.933/2021. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em “Dispêndios de captação no mercado”.

(c) **Concentração dos principais depositantes:**

Descrição	31/12/2021	% Carteira total	31/12/2020	% Carteira total
Maior depositante	4.013.588,15	3,49%	27.234.617,28	20,84%
10 maiores depositantes	18.219.630,17	15,85%	40.852.695,13	31,26%
50 maiores depositantes	40.620.527,27	35,33%	61.734.774,92	47,23%

(d) **Despesas com operações de captação de mercado:**

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de depósitos de aviso prévio	(51.334,65)	(72.617,49)	(17.024,70)	(47.847,58)
Despesas de depósitos a prazo	(2.338.449,61)	(3.301.257,34)	(946.749,86)	(2.312.878,57)
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de créditos	(84.851,14)	(166.468,83)	(98.554,07)	(177.033,77)
TOTAL	(2.474.635,40)	(3.540.343,66)	(1.062.328,63)	(2.537.759,92)

16 Repasses interfinanceiros / Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses interfinanceiros:

Instituições	Taxa	31/12/2021		31/12/2020	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Recursos do Bancoob – Custeio agrícola	5,9% a 8,58% a. a	195.177,02	180.000,00	69.432,86	354.836,70
Recursos do Bancoob – LCA	4,33% a.a	-	-	56.136,73	-
TOTAL		195.177,02	180.000,00	125.569,59	354.836,70

b) Despesas de repasses interfinanceiros / Obrigações por empréstimos e repasses:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(12.822,90)	(26.803,13)	(17.375,60)	(47.813,26)
TOTAL	(12.822,90)	(26.803,13)	(17.375,60)	(47.813,26)

17 Outros passivos financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Recursos em trânsito de terceiros (a)	2.571.316,26	3.263.197,08
Obrigações por aquisição de bens e direitos	3.788,40	18.414,88
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados (b)	64.970,26	339,51
TOTAL	2.640.074,92	3.281.951,47

(a) Em recursos em trânsito de terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a ordens de pagamento (R\$ 2.571.316,26);

(b) Em cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de crédito – IOF (R\$ 64.562,55) e outros (R\$ 407,71).

18 Instrumentos financeiros

O Sicoob Credicucar opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

19 Provisões

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Provisão para garantias financeiras prestadas (a)	318.640,84	6.420,22	250.124,35	26.856,47
Provisão para contingências (b)	-	66.756,01	-	87.775,81
TOTAL	318.640,84	73.176,23	250.124,35	114.632,28

- (a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações prestadas	8.471.460,13	7.136.984,10
TOTAL	8.471.460,13	7.136.984,10

(b) Provisão para contingências - Demandas judiciais.

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações financeiras, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para demandas judiciais	Depósitos judiciais	Provisão para demandas judiciais	Depósitos judiciais
Trabalhistas	4.198,01	-	24.316,31	-
Outras contingências	62.558,00	25.820,84	63.459,50	25.820,84
TOTAL	66.756,01	25.820,84	87.775,81	25.820,84

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

20 Obrigações fiscais, correntes e diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de obrigações fiscais, correntes e diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições s/ serviços de terceiros	16.632,62	15.237,19
Impostos e contribuições sobre salários	151.488,29	139.845,08
Outros	34.468,80	33.886,72
TOTAL	202.589,71	188.968,99

21 Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e estatutárias (a)	700.476,29	457.088,88
Obrigações de pagamento em nome de terceiros	391.714,66	359.590,96
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	958.527,20	707.492,67
Credores diversos – país (c)	602.654,78	365.439,83
TOTAL	2.653.372,93	1.889.612,34

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Cotas de capital a pagar (a.1)	370.736,08	124.633,10
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.2)	329.740,21	332.455,78
TOTAL	700.476,29	457.088,88

(a.1) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.2) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/19.

(b) Em provisão para pagamentos a efetuar temos registradas despesas de pessoal (R\$ 553.564,36) e outros (R\$ 404.962,84).

- (c) Os saldos em credores diversos - País referem-se a pendências a regularizar no Banco Sicoob (R\$ 179,20), saldos credores – encerramento C/C (R\$ 69.690,57), cheques depositados relativos a descontos aguardando compensação (R\$ 62.522,81) e outros (R\$ 470.262,20).

22 Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	10.191.830,12	10.097.838,23
Associados	9.180	8.732

b) Fundo de reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades, cujo saldo no exercício findo 31/12/2021 foi de R\$ 5.851.704,14.

c) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 11/09/2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da seguinte forma:

- 60% para Fundo de Reserva, no valor de R\$ 304.698,49;
- 40% para Conta Capital, no valor de R\$ 203.132,32;
- 7,30% para Doação, no valor de R\$ 40.000,00.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	1.463.761,02	1.459.461,78
Juros sobre o capital	(399.992,51)	(242.059,98)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	1.063.768,51	1.217.401,80
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 50%	(531.884,26)	(608.700,90)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(53.188,43)	(60.870,09)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	478.695,82	547.830,81

23 Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receita de prestação de serviços	1.519.071,44	1.174.150,17
Despesas específicas de atos não cooperativos	(280.523,55)	(254.239,79)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(688.641,63)	(543.068,78)
Resultado operacional	549.906,26	376.841,60
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(12.364,13)	(706.189,70)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	537.542,13	(329.348,10)
Total de receitas de vendas de seguros com associados (Resolução Sicoob Confederação 129/16)	(864.261,14)	(718.110,73)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido) a ser destinado ao FATES – resultado c/ não associado	(326.719,01)	(1.047.458,83)

24 Juros ao capital próprio

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual 90% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$ 399.992,51. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

25 Ingressos e receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de adiantamentos a depositantes	166.767,75	374.482,83	184.475,49	348.263,02
Rendas de empréstimos	4.762.969,04	8.719.060,95	3.578.355,59	7.525.477,96
Rendas de direitos creditórios descontados	712.930,41	1.440.957,43	715.512,06	1.599.024,86
Rendas de financiamentos	136.336,52	288.713,21	166.278,70	390.097,02
Rendas de financiamentos rurais - recursos livres	3.334,25	7.956,56	67.628,09	140.660,04
Rendas de financiamentos rurais - recursos direcionados à vista	7.030,58	29.500,21	21.828,86	42.459,91
Rendas de financiamentos rurais - recursos direcionados da poupança rural	16.757,79	34.974,06	14.763,58	233.712,14
Rendas de financiamentos rurais - recursos direcionados de LCA	-	-	-	1.364,08
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 8.g)	973.429,66	1.751.240,11	708.347,36	1.561.845,79
TOTAL	6.779.556,00	12.646.885,36	5.457.189,73	11.842.904,82

26 Dispêndios e despesas da intermediação financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de captação	(2.474.635,40)	(3.540.343,66)	(1.062.328,63)	(2.537.759,92)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	(12.822,90)	(26.803,13)	(17.375,60)	(47.813,26)
Reversões de provisões para operações de crédito (Nota 8.e)	1.773.027,17	3.026.394,83	1.453.103,89	3.649.949,81
Reversões de provisões para outros créditos	102.650,50	161.727,42	53.346,85	54.236,61
Provisões para operações de crédito (Nota 8.e)	(3.040.167,10)	(5.952.987,25)	(2.281.943,60)	(5.190.338,52)
Provisões para outros créditos	(339.107,12)	(792.579,60)	(235.706,00)	(295.567,46)
TOTAL	(3.991.054,85)	(7.124.591,39)	(2.090.903,09)	(4.367.292,74)

27 Ingressos e receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de cobrança	228.665,79	453.299,83	212.344,01	415.553,84
Rendas de outros serviços	861.877,46	1.627.266,03	551.159,91	1.078.829,57
TOTAL	1.090.543,25	2.080.565,86	763.503,92	1.494.383,41

28 Rendas de tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rendas de pacotes de serviços - PF	325.111,10	647.273,33	321.197,95	637.210,59
Rendas de serviços prioritários - PF	85.870,08	172.542,29	99.834,63	190.892,96
Rendas de serviços diferenciados - PF	1.930,71	2.050,71	140,00	150,00
Rendas de tarifas bancárias - PJ	371.814,85	766.970,07	416.669,65	824.640,27
TOTAL	784.726,74	1.588.836,40	837.842,23	1.652.893,82

29 Dispêndios e despesas de pessoal

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de honorários - Conselho Fiscal	(18.900,00)	(37.835,00)	(16.537,50)	(35.437,50)
Despesas de honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(186.726,67)	(359.793,34)	(164.699,10)	(319.215,77)
Despesas de pessoal - benefícios	(558.038,69)	(1.000.402,67)	(487.774,70)	(885.495,57)
Despesas de pessoal - encargos Sociais	(553.093,80)	(1.103.716,56)	(566.086,00)	(1.026.839,52)
Despesas de pessoal - proventos	(1.464.304,69)	(2.836.065,45)	(1.395.803,15)	(2.543.714,88)
Despesas de pessoal - treinamento	(4.804,36)	(10.715,74)	(19.123,82)	(24.798,87)
Despesas de remuneração de estagiários	(54.512,37)	(94.245,27)	(26.448,32)	(51.999,86)
TOTAL	(2.840.380,58)	(5.442.774,03)	(2.676.472,59)	(4.887.501,97)

30 Outros dispêndios e despesas administrativas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Despesas de água, energia e gás	(78.724,25)	(153.249,18)	(71.297,57)	(136.207,18)
Despesas de aluguéis	(154.645,90)	(286.766,65)	(123.913,71)	(255.958,71)
Despesas de comunicações	(120.093,84)	(239.735,56)	(106.863,81)	(208.882,76)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(6.162,50)	(10.179,34)	(10.408,47)	(20.835,50)
Despesas de material	(26.383,53)	(78.817,58)	(67.857,26)	(155.742,92)
Despesas de processamento de dados	(225.719,18)	(459.623,12)	(207.308,94)	(446.825,39)
Despesas de promoções e relações públicas	(83.282,73)	(100.914,69)	(71.150,59)	(106.991,13)
Despesas de propaganda e publicidade	(7.510,40)	(14.947,90)	(10.516,00)	(34.659,17)
Despesas de publicações	(1.666,18)	(2.697,91)	(1.371,93)	(1.605,01)
Despesas de seguros	(55.477,96)	(102.682,91)	(40.619,02)	(82.467,59)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(460.068,97)	(812.060,41)	(322.864,69)	(637.900,50)
Despesas de serviços de terceiros	(225.755,58)	(436.483,26)	(233.243,12)	(416.304,09)
Despesas de serviços de vigilância e segurança	(181.045,38)	(344.312,84)	(153.392,95)	(272.738,24)
Despesas de serviços técnicos especializados	(355.378,57)	(674.192,93)	(260.089,13)	(542.138,00)
Despesas de transporte	(116.355,24)	(240.056,39)	(132.810,06)	(255.319,93)
Despesas de viagem no país	(23.738,32)	(49.178,38)	(8.824,70)	(17.190,89)
Despesas de amortização	(9.043,82)	(15.501,56)	(4.790,82)	(8.561,21)
Despesas de depreciação	(163.418,56)	(324.220,47)	(156.314,95)	(294.314,24)
Outras despesas administrativas	(827.768,12)	(1.429.461,08)	(559.829,37)	(1.273.407,88)
TOTAL	(3.122.239,03)	(5.775.082,16)	(2.543.467,09)	(5.168.050,34)

31 Outros ingressos e receitas operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Recuperação de encargos e despesas	96.290,31	122.763,84	139.614,87	159.138,32
Dividendos	-	2.510,10	-	6.648,62
Rendas de repasses interfinanceiros	6.392,90	15.322,10	2.800,89	7.334,54
Outras rendas operacionais	69.159,24	132.052,50	36.127,21	71.288,13
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	414.520,98	863.050,94	352.055,19	694.607,47
Juros ao capital recebidos da central	65.568,12	65.568,12	24.412,31	24.412,31
TOTAL	651.931,55	1.201.267,60	555.010,47	963.429,39

32 Outros dispêndios e despesas operacionais

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Outras despesas operacionais	(41.712,08)	(78.748,14)	(99.389,04)	(508.338,85)
Desconto/cancelamento de tarifas	(195.415,08)	(408.496,14)	(219.302,23)	(425.281,18)
Contrib. ao fundo de ressarc. de fraudes externas	(22.118,49)	(35.101,64)	(5.746,42)	(8.261,19)
Contrib. ao fundo de ressarc. de perdas operacionais	-	(3.294,29)	(4.075,32)	(4.665,63)
Perdas - fraudes externas	(6.350,00)	(6.350,00)	-	(200,00)
Perdas - práticas inadequadas	(15.140,66)	(15.140,66)	-	(530,00)
Perdas - falhas de gerenciamento	(5.115,00)	(10.160,66)	(2.683,60)	(3.241,29)
TOTAL	(285.851,31)	(557.291,53)	(331.196,61)	(950.518,14)

33 Despesas com provisões

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Provisões/reversões para contingências	(65.021,20)	(75.471,20)	(57.459,50)	(57.459,50)
Provisões para contingências	(65.021,20)	(75.471,20)	(57.459,50)	(57.459,50)
Provisões/reversões para garantias prestadas	(75.944,19)	(48.080,24)	(68.910,85)	(22.858,20)
Provisões para garantias prestadas	(238.812,56)	(406.813,36)	(195.517,74)	(344.245,08)
Reversões de provisões para garantias prestadas	162.868,37	358.733,12	126.606,89	321.386,88
TOTAL	(140.965,39)	(123.551,44)	(126.370,35)	(80.317,70)

34 Outras receitas e despesas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Lucro em transações com valores de bens	3.325,80	8.464,58	158.847,68	167.512,94
Ganhos de capital	5.691,77	9.643,26	-	15.468,63
Ganhos de aluguéis	11.325,59	25.095,30	37.330,56	49.034,15
Reversão de provisões não operacionais	357,03	357,03	26.000,00	26.000,00
(-) Prejuízos em transações com valores e bens	(9.000,00)	(44.543,00)	(8.607,74)	(29.355,24)
(-) Perdas de capital	(8.058,84)	(11.024,27)	-	(5.101,07)
(-) Despesas de provisões não operacionais	-	-	(955.749,11)	(955.749,11)
TOTAL	3.641,35	(12.007,10)	(742.178,61)	(732.189,70)

35 Resultado não recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.º 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

36 Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN nº 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das operações ativas	Valores	% em relação à carteira total	Provisão de risco
P.R. – Sem vínculo de grupo econômico	12.323,94	0,0077%	3,00
TOTAL	12.323,94	0,0077%	3,00
Montante das operações passivas	63.120,73	0,0783%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021	
Aplicações financeiras	0,0783%

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da operação de crédito	Valor da operação de crédito	PCLD (provisão para crédito de liquidação duvidosa)	% da operação de crédito em relação à carteira total
Cheque especial	1.020,76	5,11	0,0630%

Natureza dos depósitos	Valor do depósito	% em relação à carteira total	Taxa média - %
Depósitos a vista	5.694,80	0,0198%	0%
Depósitos a prazo	444.482,28	0,5227%	0,7715%

- c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações ativas e passivas	Taxas média aplicadas em relação às partes relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m.)
Aplicação financeira - pós fixada (% CDI)	100,1581%	138,71

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

- d) As coobrigações prestadas pela cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
Beneficiários de outras coobrigações	10.733,66	58.954,74

- e) Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)			BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
INSS diretoria/conselheiros	(38.725,33)	(75.005,66)	(34.957,50)	(68.870,83)
Honorários - diretoria e conselho de administração	(186.726,67)	(359.793,34)	(164.699,10)	(319.215,77)

37 Cooperativa Central

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Estado de Santa Cruz das Palmeiras e Região – Sicoob Credicucar, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Central Cooperativas Crédito Estado de São Paulo – Sicoob Central Cecresp, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O Sicoob Central Cecresp, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob Central Cecresp a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O Sicoob Crediçucar responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob Central Cecresp perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o Sicoob Central Cecresp:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - relações interfinanceiras - centralização financeira	50.211,27	106.489,85
Ativo - investimentos	1.946.292,92	1.021.683,31
Total das operações ativas	1.996.504,19	1.128.173,16

Saldos das receitas e despesas da Cooperativa com o Sicoob Central Cecresp:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Rateio de despesas da central	(312.448,85)	(648.561,76)	(328.496,48)	(674.217,12)
Total das despesas	(312.448,85)	(648.561,76)	(328.496,48)	(674.217,12)

38 Gerenciamento de risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

38.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

38.2 Risco de crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da

inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;
- i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

38.3 Risco de mercado e variação das taxas de juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

- a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:
 - a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança;
 - a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;
 - a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;
 - a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;
 - a.5) aplicação de cenários de estresse;
 - a.6) definição de planos de contingência.
- b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

38.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;

fluxo de caixa projetado;

aplicação de cenários de estresse;

definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

38.5 Risco socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

38.6 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

38.7 Gestão de continuidade de negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

- a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;
- b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;
- c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;
- d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;
- e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

39 Seguros contratados – não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

40 Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	14.562.361,25	14.656.601,61
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	103.703.873,11	104.862.478,86
Índice de Basileia (mínimo 11,5%)	14,04%	13,98%
Imobilizado para cálculo do limite	2.541.116,76	2.661.254,92
Índice de imobilização (limite 50%)	17,45%	18,16%

Jose Emilio Ortolani
Presidente do Conselho de Administração

Veronica C. Bueno Roncato
Contadora CRC: 1SP293772/O-3

Umberto José Marcomini
Diretor Operacional

Daniel Sossai
Diretor Administrativo e Diretor responsável
pela área contábil



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Santa Cruz das Palmeiras e Região – SICOOB CREDI-ÇUCAR, pelos seus membros infra assinados, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório de Administração, o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados, a Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas, as Demonstrações Financeiras e concluímos, com base no Parecer da Moore Prisma Auditores e Consultores, sem ressalvas, as documentações analisadas refletem adequadamente a situação patrimonial e a posição econômico financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2021, razão pela qual recomendamos sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos cooperados.

Santa Cruz das Palmeiras-SP, 25 de março de 2022.

Antonio Duarte Ribeiro
Conselheiro Fiscal
CPF: 073.652.508-44

Thiago Martins Pereira
Conselheiro Fiscal
CPF: 338.115.288-23

Valquíria Regina Ghiraldini Zampar
Conselheira Fiscal
CPF: 213.230.518-80



JÁ CONHECE OS PRODUTOS QUE O CREDIÇUCAR OFERECE?

**TEMOS UM PORTFÓLIO DE
PRODUTOS E SERVIÇOS PARA
VOCÊ E SUA EMPRESA!**

- ▼ SEGUROS
- ▼ CONSÓRCIOS
- ▼ CAPITAL DE GIRO
- ▼ CONSIGNADO INSS
- ▼ CARTÕES DE CRÉDITO
- ▼ FINANCIAMENTO DE VEÍCULOS
- ▼ COBRANÇA
- ▼ CRÉDITO RURAL
- ▼ INVESTIMENTOS
- ▼ PREVIDÊNCIA

 **SICOOB**
CREDIÇUCAR

ASUA COOPERATIVA FORTE

**Fale com seu gerente e
saiba mais!**



SICOOB **CREDIÇUCAR**

A SUA **COOPERATIVA** FORTE

SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS • VARGEM GRANDE DO SUL • CASA BRANCA • PORTO FERREIRA

www.credicucar.com.br